



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
Comissão de Preservação da Memória da Justiça do Trabalho – 2022/2024
Vice-Presidência Judicial

REUNIÃO DA COMISSÃO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Às quatorze horas do dia **trinta de setembro de dois mil e vinte e quatro** realizou-se reunião telepresencial da Comissão de Preservação da Memória da Justiça do Trabalho, presidida pelo Excelentíssimo Desembargador Vice-Presidente Judicial João Alberto Alves Machado.

Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza, Orlando Amâncio Taveira e João Batista da Silva. Ausentes, justificadamente, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Edmundo Fraga Lopes, José Carlos Ábile e Susana Graciela Santiso. O Desembargador Edmundo Fraga Lopes antecipou seu voto, no sentido de acompanhar as deliberações que forem aprovadas na reunião.

Também participaram da reunião a Juíza Auxiliar da Vice-Presidência Judicial, Regiane Cecília Lizi, a servidora Daniele Abib Dallacqua Cristofolletto, coordenadora substituta de Gestão Documental e o servidor Evandro César Garcia Coelho, assessor do Gabinete da Vice-Presidência Judicial.

Inicialmente o Excelentíssimo Desembargador Presidente da Comissão saudou os presentes.

Em seguida, iniciaram-se os trabalhos conforme pauta enviada por e-mail aos Gabinetes dos integrantes da Comissão:

1) PROAD 8884/2024 - Consulta acerca da homenagem ao servidor falecido, Sr. Charles Agostini, com a atribuição do nome à Sala de Pesquisa Patrimonial do Núcleo de Pesquisa Patrimonial desta Corregedoria Regional;

2) PROAD 2549/2024 - Consulta acerca da homenagem ao servidor falecido, Sr. Carlos Antonio Lugato, com a atribuição do nome à sala do CEJUSC de São José do Rio Preto.

Os Desembargadores presentes consentiram, à unanimidade, com as propostas do Presidente da Comissão no sentido da aprovação das homenagens requeridas, considerada a satisfação dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis aos casos.

3) PROAD 18713/2024 - Eliminação de autos findos arquivados definitivamente há mais de 5 anos das unidades de Itapeva Sertãozinho, Birigui, Batatais, Piracicaba, Bebedouro, Pindamonhangaba, Salto, Tatuí, Campinas, Presidente Prudente e Araçatuba

O Desembargador Presidente da Comissão propôs a eliminação dos autos findos, diante do atendimento das formalidades legais atinentes à matéria, que foram confirmadas pela servidora Daniele, e em conformidade com o parecer do PROAD respectivo, cumprindo ressaltar que não há descarte de documentos históricos e/ou secundários.

O Presidente da Comissão destacou que a eliminação dos autos findos nos referidos PROADs permitirá a extinção de 28.000, o que corresponde, aproximadamente, a 17,8 toneladas de papel que serão encaminhadas para coleta, descaracterização, picote e reciclagem.

4) Seminário da Memória da Justiça do Trabalho (8/11/2024) – Preparativos

Em prosseguimento aos preparativos do Seminário da Memória da Justiça do Trabalho, o Desembargador Presidente da Comissão sugeriu o nome do Desembargador aposentado Lorival Ferreira dos Santos como um dos debatedores do primeiro painel (“Cooperativas de Trabalho”).

Concedida a palavra ao Desembargador José Pedro, que indicou o Desembargador aposentado José Antonio Pancotti para atuar como outro debatedor do referido painel.

Com relação ao segundo painel (“Transporte de Cana-de-Açúcar – peso da carga – competência da Justiça do Trabalho”), o Desembargador Presidente da Comissão indicou a Desembargadora Larissa Carotta Martins da Silva Scarabelim como debatedora.

O Desembargador José Pedro considerou a conveniência da extensão do convite a um membro do Ministério Público do Trabalho e o Desembargador Presidente sugeriu a Procuradora-Chefe do MPT-15, Dra. Alvamari Cassillo Tebet.

Por fim, quanto ao terceiro painel (“Transporte por aplicativo - plataformas de trabalho – competência da Justiça do Trabalho”), o Desembargador José Pedro destacou a grande controvérsia que envolve a questão, que é objeto do Tema n. 1291 de Repercussão Geral do STF, que deverá julgá-lo em breve, com a fixação de tese e, assim, foi sugerido pelo Presidente da Comissão a alteração do título do terceiro painel para “Pejotização e terceirização”.

O Desembargador João Batista, que iria presidir o referido painel, informou que não poderá participar do evento em razão de viagem programada para o dia 8/11/2024. O Desembargador Orlando Taveira se prontificou a presidir o painel.

O Desembargador Presidente sugeriu o Desembargador Manoel Carlos Toledo Filho, para atuar como debatedor.

As propostas foram acolhidas, à unanimidade, pelos Desembargadores presentes.

Assim, a estrutura do Seminário, com a sugestão de temas, dos Presidentes das mesas e respectivos debatedores, ficou assim definida:

Abertura: Desembargador João Alberto Alves Machado.

1º Painel: Cooperativas de trabalho:

Presidente de Mesa: Desembargador José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza;
Debatedores: Desembargadores aposentados Lorival Ferreira dos Santos e José Antonio Pancotti.

2º Painel: Transporte de cana-de-açúcar – peso da carga – competência da Justiça do Trabalho:

Presidente de Mesa: Desembargadora Susana Graciela Santiso;
Debatedoras: Desembargadora Larissa Carotta Martins da Silva Scarabelim e a Procuradora-Chefe do MPT-15 Alvamari Cassillo Tebet.

3º Painel: Pejotização e terceirização:

Presidente de Mesa: Desembargador Orlando Amâncio Taveira;
Debatedor: Desembargador Manoel Carlos Toledo Filho

A Vice-Presidência Judicial formalizará os convites aos participantes do evento.

5) Exposição Itinerante – Lei Eloy Chaves

Concedida a palavra à servidora Daniele, foi informado que a exposição passou pelas sedes das circunscrições deste Eg Tribunal e sugeriu, antes do encerramento da exposição, a sua apresentação no rol de entrada do Edifício-Sede, na Rua Barão de Jaguará, 901.

Os Desembargadores assentiram com a proposta, que deverá ser submetida à Presidência.

Nada mais a ser relatado, foi encerrada a reunião às 14h43, lavrando-se a presente ata, que vai assinada digitalmente apenas pelo Presidente da comissão, com remessa via correio eletrônico aos demais participantes para ciência do seu teor e eventuais manifestações no prazo de 48h.

JOÃO ALBERTO ALVES MACHADO
Desembargador Vice-Presidente Judicial
Presidente da Comissão de Preservação
da Memória da Justiça do Trabalho